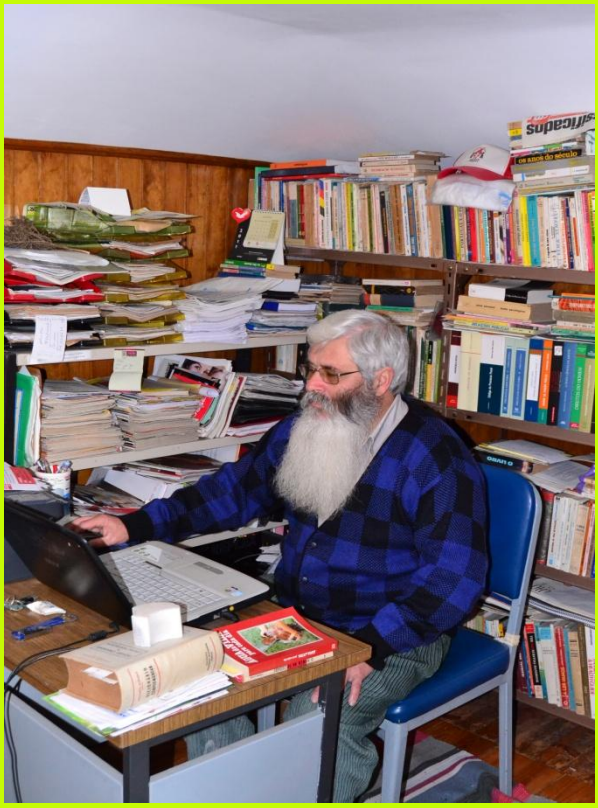
Acesso à Informação

Informação de Interesse Público

O jornalismo clama pela liberdade irrestrita para o conhecimento e pela transparência total das informações. O Dever de informar.
Edição Mensal * 15 a 30 de Setembro 2015 * Nº.5 * Ano 1

POLITICA E PARTICIPAÇÃO



Mau grado ouvir dizer-se com frequência, que a sociedade está saturada de política sem valores morais, porque as eleições se repetem, porque os partidos se guerreiam, porque os políticos não passam das promessas à prática (será mentira?), porque o país está cada vez mais desgovernado (?), a verdade é que a politica invadiu a nossa vida quotidiana e os nossos destinos pessoais estão cada vez mais dependentes de um Estado desumanizado.

Há anos atrás, a maior parte de nós passava ao lado da política sem nunca interferir com ela durante a maior parte da nossa existência. Hoje é impossível ficar-se indiferente, porque o Estado tornou-se o quadro dentro do qual se resolvem todas as questões da organização económica e social.

Os preços dos bens ditos essenciais vs de primeira necessidade, os salários, o emprego, a educação escolar e universitária, a habitação, a saúde, a segurança social, a organização da produtiva e da distribuição dos bens e do rendimento, na medida em que dependem do modelo de organização politica da sociedade, condicionam a vida de cada um e a vida colectiva.

Ninguém fica de fora da influência política e das suas consequências, porque ela interfere com todos, fazendo assim de cada um de nós seu prisioneiro. E, ou se toma consciência desse facto e se participa nela, directa ou indirectamente, ou se fica dependente daqueles que o fazem.

Quer queiramos, quer não, a política está na nossa casa, no nosso trabalho, na nossa economia pessoal e familiar, na religião, na vida toda onde quer que ela se jogue.

Sintetizar em oito pontos as ideias que acabo de referir

1. A POLITICA E A ORGGANIZAÇÃO SOCIAL

A política pode ser vista de muitos ângulos como arte de governar os povos, como ciência do Poder, como ciência do Estado, etc. Mas aqui o que nos interessa é apolítica como actividade exercida pelos representantes (será que são?) do povo, escolhidos por via de eleições democráticas. Actividade que consiste principalmente no exercício dos poderes de legislar e de governar.

Os políticos, escolhidos em eleições pela maioria dos cidadãos, têm a missão fundamental de organizar a sociedade de modo que, através das estruturas e do seu funcionamento resulte o maior bem possível para a totalidade dos habitantes de um país, sem distinção de estatuto social como vem acontecendo à uns anos a esta parte em Portugal.

Daqui decorre, desde logo, a enorme obrigação de se participar na escolha dos representantes (?), para que eles sejam a expressão da vontade de todos e se consiga eleger os melhores (onde estão eles?), com o fim de se alcançar o máximo resultado social.

2. ORGANIZAÇÃO POLÍTICA

Mas a escolha, por eleição, dos representantes do povo (?), para as funções de legislar e governar, pressupõe, desde logo, uma organização da comunidade em Estado, com órgãos diferenciados e poderes repartidos.

- Uma Assembleia para fazer as leis
- Um governo legitimado para administrar o país, e ainda outras instituições, ou órgãos a que são atribuídos outros poderes, nomeadamente, os tribunais, encarregados de administrar a Justiça (?) e julgar da aplicação das leis, fruto dos representantes do povo.

3. O EXERCÍCIO DO PODER POLÍTICO

Com o Estado estruturado em órgãos diferenciados, por funções, cumpre aos representantes do povo exercer, dentro desse órgãos, os poderes que lhes foram conferidos.

Deputados e Governantes têm o estrito dever de cumprir (?) os seus mandatos, que são temporários, de modo a que, da sua actuação, resulte o maior bem comum possível para os cidadãos e o País.

O poder que lhes é conferido não pode (não deve) ser exercido em proveito exclusivamente pessoal (?) e muito menos com prejuízo de outros, sob pena de ser uma fraude ao mandato recebido.

Se os eleitos pelo Povo legislarem e governarem mal, devem ser expulsos. Como? Em novas eleições findo o seu mandado legal, ou por outras vias legais.

4. OS SISTEMAS POLÍTICOS

Falou-se, acima, de Poderes diferenciados dentro do estado e de Eleitos ou Representantes. Mas a existência de órgãos de Poder distintos preenchidos por eleição, pressupõe uma Estrutura Política não Autocrática, mas Democrática, isto é, uma organização em que o poder não tem origem naqueles que o exercem, mas no Povo que os escolhe.

Dir-se-ia que, na Democracia, o poder reside no Povo e na Autocracia, o poder é usurpado ao Povo pelos que o exercem, infelizmente é o que temos vindo assistir de forma resignada.

Ninguém duvida hoje de que, a forma que melhor permite alcançar o máximo benefício social da governação é a Democracia, desde que se consiga que a sua organização seja adaptada às características da sociedade em que se vive, livre.

As diferentes maneiras de organizar o poder democrático dão origem a diferentes regimes politico-democráticos.

5. OS REGIMES POLÍTICOS

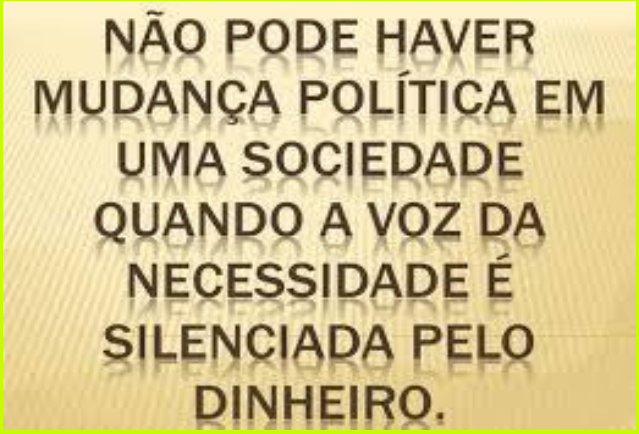
Dentre os diversos regimes democráticos o que mais comum se tornou nos países europeus ocidentais foi o dos partidos políticos. Assim acontece, também, entre nós.

Este regime tem o seu cerne fundamental na existência de agrupamentos políticos (grupos numerosos de cidadãos ligados por um mesmo ideário (ideias políticas) e organizados internamente em partidos de acordo com a lei) que são o meio de canalizar e simplificar as opiniões dos cidadãos.

Num regime pluripartidário, (que admite, como é o nosso caso, vários partidos que se constituem de acordo com a lei) estabelece-se como que uma competição pela conquista do poder político, para ganhar o direito ao maior quinhão na Assembleia dos Deputados e, por via desta, ao exercício do poder de governar.

O que tem acontecido entre nós, nos últimos anos, é que nenhum partido conseguiu obter uma maioria saudável de deputados, para governar sozinho e assim, a desgovernação ou abuso de poder tem sido desastrosa, ou seja, não têm sido suficientemente inteligentes para se manterem no poder sem recurso a coligações, o que provoca uma instabilidade constante.

Os partidos ainda não conseguiram entender-se quanto ao que é essencial fazer para melhorar as condições de vida de todo o povo. Assim desfazem uns no que os outros fazem, incapazes de privilegiar o interesse comum em vez dos interesses próprios e do poder pessoal dos seus dirigentes.



O regime pluripartidário só vingará se os partidos que têm maior votação forem capazes de colaborar, em vez de se torpedearem uns aos outros.

Discordar, mas colaborar para obter o melhor resultado social possível. Constatar, mas, não obstruir.

6. A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA POLÍTICA

A forma primária e mais elementar dos cidadãos interferem na política é o exercício do direito de voto.

É um dever social grave, isto é, um dever de cada um para com todos os outros o de votar, um dever cívico e de cidadania, um desfrutar de pela liberdade de escolha.

Quem não vota vira as costas à vida colectiva e não tem o direito de esperar nada dos que governam. A critica, a discordância ganha alicerces e autoridade moral no exercício do voto na urna.

Mas a participação dos cidadãos na política pode ainda fazer-se através da sua inserção nos partidos, naturalmente filiando-se, nunca vendendo os valores da sua consciência por um prato de lentilhas.

A este respeito diremos, apenas, que só não são legítimos os partidos que no seu programa e que na sua prática, desrespeitam os direitos fundamentais da pessoas humana, e atropelam as regras da convivência democrática.

Mas a participação política vai mais longe, exigindo-se aos cidadãos mais capazes e disponíveis que sirvam nas Autarquias locais, onde a doação à comunidade deverá ser motivação fundamental.

Tomar parte em Assembleias públicas ou integrar comissões de apoio e de melhoramentos locais, são ainda outras tantas formas de contribuir para o bem comum através de uma saudável participação política.

Claro que todos sabemos que a politica a tempo inteiro, leva alguns dos nossos concidadãos, uns mais ambiciosos e outros menos, uns mais dedicados ao bem comum e outros menos, a perseguirem tenazmente os escassos lugares em disputa, na mira, tantas vezes, do poder pessoal e das benesses (dádivas) da política.

7. A PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NAS ESTRUTURAS

Mas a participação na vida colectiva não se confina à política em sentido restrito. Participar nas estruturas de carácter cultural, desportivo, humanitário, etc., são outras tantas formas de interferir, indirectamente, com os poderes públicos e de colaborar na melhor organização e administração da sociedade, nas comunidades em que vivemos, ainda que se reconheça a existência de barreiras, quando interesses duvidosos se impõem.

Os mais capazes vs habilitados academicamente, os mais disponíveis e os mais beneficiados pela sociedade devem esse serviço aos seus concidadãos mais carecidos.

Recusar esta participação, podendo tê-la, em prol da sociedade em que se vive é dizer não ao bem comum e parasitar à sombra do esforço dos que o fazem.

8. ESTRUTURAS DE DADORES DE SANGUE NAS ACÇÕES PARTIDÁRIAS

Chegados a este ponto, importa colocar a seguinte observação: pode uma estrutura representativa de dadores de sangue alhear-se da política? Seria um contra senso e uma contradição insustentável.

Em todas as estruturas representativas dos dadores de sangue, consta nos seus estatutos os objectivos pelos quais se norteiam as suas actividades, ou são imparciais em matéria partidária e religiosa, ou, consta nos mesmos a identidade a que pertencem ideologicamente. Não podem ser carne e peixe em simultâneo, ainda que para muitos tanto faz, o que importa é agradar a gregos e a troianos, só assim se compreende a situação e confusão que se chegou no mundo da dádiva de sangue. Dividir para reinar.

Na qualidade de dirigente associativo, o meu partido è a associação da qual sou seu fundador e presidente da direcção, os meus militantes são os dadores nela associados e que na minha pessoa têm depositado a sua confiança. Cores partidárias e religião na ADASCA não têm espaço disponível para ocupar.

Preocupa-me observar estruturas que se dizem representar os direitos dos dadores, envolveram-se em acções de natureza partidária, ficando sujeitos (senão prisioneiros) a eventuais compromissos que podem comprometer num futuro breve algumas "reivindicações" em prol dos dadores, como no caso da reposição da isenção das taxas moderadoras nos hospitais públicos. Uma estrutura de dadores não é uma central sindical, nem deve ter comparações.

À conta desta miscelânea é que os dadores ainda não viram satisfeita a sua pretensão: reposição da isenção da taxa moderadora como incentivo à dádiva, e reconhecimento público pelo seu gesto solidário, porque os compromissos partidários comprometem, condicionam e acorrentam os dirigentes associativos.

As estruturas de dadores de sangue não podem servir de rampa de lançamento para objectivos vs ambições pessoais.

Com base no que nos é dado saber, alertamos os dadores para que estejam atentos aos movimentos neste campo.

Podem perguntar: mas não concorda que os dirigentes de tais estruturas se envolvam na política? É isso? Não, cada um faz uso da sua liberdade como entender, não concordo que tais estruturas sejam usadas para fins partidários, menos ainda os dadores. Amem a liberdade e sejam felizes.

Joaquim Carlos
Presidente da Direcção da ADASCA
(Director da Revista Tribuna da ADASCA)

O que é Política?

Política é a ciência da governança de um Estado ou Nação e também uma arte de negociação para compatibilizar interesses. O termo tem origem no grego politiká, uma derivação de polis que designa aquilo que é público. O significado de política é muito abrangente e está, em geral, relacionado com aquilo que diz respeito ao espaço público.

Na ciência política, trata-se da forma de actuação de um governo em relação a determinados temas sociais e económicos de interesse público: política educacional, política de segurança, política salarial, política habitacional, política ambiental, etc.

O sistema político é uma forma de governo que engloba instituições políticas para governar uma Nação.

Num significado mais abrangente, o termo pode ser utilizado como um conjunto de regras ou normas de uma determinada instituição. Por exemplo, uma empresa pode ter uma política de contratação de pessoas com algum tipo de deficiência ou de não contratação de mulheres com filhos menores. A política de trabalho de uma empresa também é definida pela sua visão, missão, valores e compromissos com os clientes.

É natural que com o passar do tempo, seja necessário proceder a uma alteração de algumas leis ou políticas estabelecidas por um determinado país.

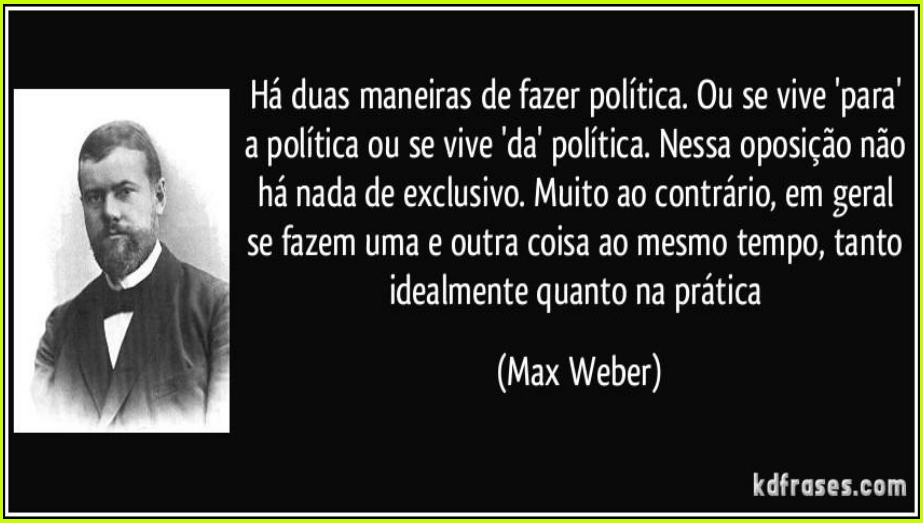
Ciência Política

É a ciência que estuda o funcionamento e a estrutura do Estado e das instituições políticas. Também tem como objecto de estudo a relação entre os elementos que estão no Poder (Governo) e os restantes cidadãos.
Nos seus primórdios, a ciência política abordou a política a partir de uma perspectiva filosófica (através de pensadores como Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, etc.), mas posteriormente passou a ser uma análise preponderantemente jurídica.
(Texto Adaptado)

IDEIA DE POLÍTICA EM NORBERTO BOBBIO

A conceituação de política, segundo Norberto Bobbio, envolve a ideia de poder. O poder político, por sua vez, diz respeito ao poder que um homem exerce sobre outro.
Norberto Bobbio (1909-2004) foi um dos maiores politólogos do século XX. Dentre sua extensa obra, deixou uma importante contribuição à Ciência Política: seu livro Teoria Geral da Política: a filosofia política e as lições dos Clássicos. Este texto tentará abordar ligeiramente algumas considerações sobre o conceito de política na visão desse autor.
A palavra política deriva de politikós, do grego, e diz respeito àquilo que é da cidade, da pólis (na Grécia Antiga), da sociedade, ou seja, que é de interesse do homem enquanto cidadão. Já na Grécia Antiga, um dos primeiros a tratar da política como uma prática intrínseca aos homens foi Aristóteles, com seu livro A Política.
Ao longo do tempo, o termo político deixou de ter o sentido de adjectivo (aquilo que é da cidade, sociedade) e passou a ser um modo de "saber lidar" com as coisas da cidade, da sociedade. Assim, fazer política pode estar associado às acções de governo e de administração do Estado. Por outro lado, também diria respeito à forma como a sociedade civil se relaciona com o próprio Estado.
Mas para Norberto Bobbio, falar em política enquanto prática humana conduz, consequentemente, a se pensar no conceito de poder. O poder estaria ligado à ideia de posse dos meios para se obter vantagem (ou para fazer valer a vontade) de um homem sobre outros. Assim, o poder político diria respeito ao poder que um homem pode exercer sobre outros, a exemplo da relação entre governante e governados (povo, sociedade). Contudo, ao falar em poder político, é preciso pensar em sua legitimação. Podemos ter poderes políticos legitimados por vários motivos, como pela tradição (poder de pai, paternalista), despótico (autoritário, exercido por um rei, uma ditadura) ou aquele que é dado pelo consenso, sendo este último um modelo de governo esperado. O poder exercido pelo governante em uma democracia, por exemplo, dá-se pelo consenso do povo, da sociedade. No caso brasileiro, o poder da presidenta é garantido por que existe um consenso da sociedade que o autoriza e, além disso, há uma Constituição Federal que formaliza e dá garantias a esse consenso.
Conforme nos mostra Norberto Bobbio (2000), há uma tipologia moderna das formas de poder, como poder económico, poder ideológico e poder

político, sendo que este último seria aquele no qual se tem a exclusividade para o uso da força. Nas palavras de Bobbio (ibidem, p. 163), "o poder político, enfim, funda-se sobre a posse dos instrumentos através dos quais se exerce a força física (armas de todo tipo e grau): é o poder coactivo no sentido mais estrito da palavra". Contudo, Norberto Bobbio também aponta que não é apenas o uso da força, mas sim seu monopólio, sua exclusividade, que tem o consentimento da sociedade organizada. Em outras palavras, será uma exclusividade de poder que pode ser exercida sobre um determinado grupo social, em determinado território. Outro aspecto importante para Bobbio sobre a política é que sua finalidade ou seu fim não pode se resumir apenas em um aspecto, pois " [...] os fins da política são tantos quantas forem as metas a que um grupo organizado se propõe, segundo os tempos e as circunstâncias" (ibidem, p. 167).



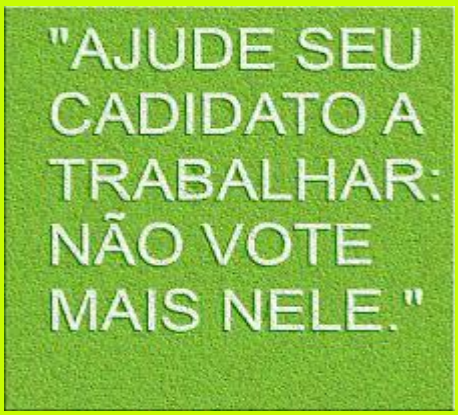
Porém, um fim mínimo à política (enquanto poder de força) é a manutenção da ordem pública e a defesa da integridade nacional. Essa finalidade é mínima para a realização de todos os outros fins do poder político. Porém, é importante se atentar para o fato de que o poder político não pode ter como finalidade o poder pelo poder, pois se assim fosse perderia o sentido.

Norberto Bobbio, citando Carl Shmitt, também fala da ideia de política como relação amigo-inimigo, dizendo que "o

campo de origem e de aplicação da política é o antagonismo, e sua função consistiria na actividade de agregar e defender os amigos e de desagregar e combater os inimigos" (ibidem, p. 170). No debate de ideias para se pensar a ordem social, essa oposição é fundamental, contudo, apenas esse nível de antagonismo pode ser tolerado pelo Estado, uma vez que a extrema divisão ou situação de conflito entre aqueles que compõem uma sociedade poderia levar ao caos. No exercício de compreensão do conceito de política, deve-se considerar que na filosofia política moderna aquilo que é político não necessariamente coincide com o social, pois, ao longo da história, as outras esferas da vida foram se separando do Estado, a exemplo do poder religioso e do poder económico. Na visão de Bobbio, a política restringe-se à esfera do Estado, instituição esta responsável pela ordem social. Para Bobbio, "enquanto a filosofia política clássica está alicerçada sobre o estudo da estrutura da pólis e das suas várias formas históricas ou ideais, a filosofia política pós-clássica caracteriza-se pela contínua tentativa de uma delimitação daquilo que é político (o reino de César) em relação àquilo que não é político (seja ele o reino de Deus ou o reino das riquezas), por uma contínua reflexão sobre aquilo que diferencia a esfera da política da esfera da não política, o Estado do não Estado..." (ibidem, p. 172). O processo de emancipação da sociedade no sentido de seu "funcionamento" sem a presença do Estado poderia levar ao fim da política enquanto acção coercitiva para coesão social. Em outras palavras, se a sociedade conseguisse manter sua ordem sem o poder político (que usa da força), ela não precisaria mais do Estado.

Nesse mesmo livro, Bobbio também fala da relação entre política e moral, uma vez que ambas estão ligadas à acção (à práxis) humana. Porém, aquilo que fundamenta ou motiva, ou aquilo que é permitido ou proibido, nem sempre tem o mesmo sentido para a política e para a moral. Segundo Bobbio, pode haver "acções morais que são impolíticas (ou apolíticas) e acções políticas que são imorais (ou amorais) " (ibidem, p. 174), distinção esta que, aliás, já se fazia presente na obra de Nicolau Maquiavel. Dessa forma, seria preciso considerar que exis-

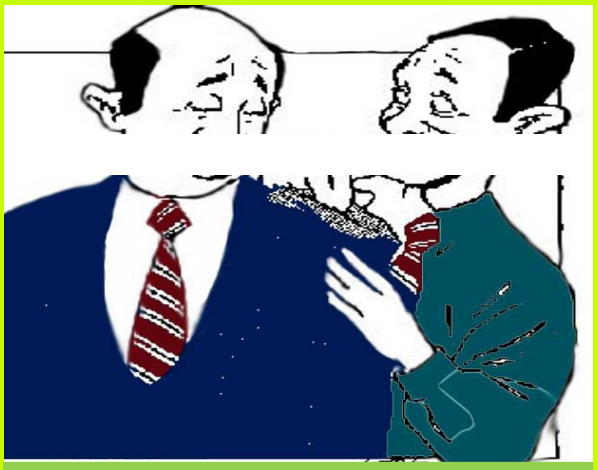
tem razões e acções do Estado que são justificadas quando por ele praticadas, mas jamais permitidas a um indivíduo. A política seria a razão do Estado, enquanto a moral seria a razão do indivíduo. Assim, seria preciso pensar na autonomia da acção política, a qual é motivada por razões que não são as mesmas da acção individual. Em suma, dessa breve explanação sobre alguns aspectos da obra citada de Norberto Bobbio, pode-se inferir que, em linhas gerais, sua posição tenta compreender a política como "actividade ou conjunto de actividades que têm de algum modo, como termo de referência, a pólis, isto é, o Estado" (ibidem, p. 160).



Paulo Silvino Ribeiro
Colaborador Brasil Escola
Bacharel em Ciências Sociais pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
Mestre em Sociologia pela UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"
Doutorando em Sociologia pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas.

A bajulice devora tanto o bajulador quanto o bajulado

O bajulador passa a vida vegetando e, sob sombra e água fresca, elege a falácia, a pilhéria e a refinada subserviência como companhias e armas inseparáveis para conquistar meros pontos junto ao bajulado. Zomba de tudo e de todos. Desprezível em suas insonsas investidas, transpira os requintes da adulação por todos os poros no afã de subtrair as migalhas do rei, imperador, mandatário ou criatura a quem tanto admira; chafurda e patrocina os encantos de um desprezível palácio bajulatório.



Crédito da imagem: Claudio Goggy

Quando o chefe ri de algo, mesmo sem graça, não perde tempo e entoa musicalidade em palavras pejorativas, fazendo ressoar forçosas gargalhadas. Sempre pauta suas acções em profundas reflexões delirantes e dificilmente leva ao conhecimento de seus superiores uma má notícia. Zela e tudo faz para não chegar ao rei qualquer mensagem que trate sobre o falecimento de alguém, nem mesmo que seja o da própria mãe. Pois tal acontecimento pode agourar-lhe as bajulices e comprometer o recebimento de seus diminutos rendimentos.

Sua marca registada é jamais desagradar o consorte, mesmo sob o risco de receber uns safanões. Não se importa de ser desrespeitado: é masoquista de alto nível. O bajulador é também um hermafrodita por excelência, hipócrita, calculista e sem escrúpulos, que, para atingir seus mais inconfessos desejos, vende a própria alma ao Bicho-Feio. É o primeiro a chegar à casa do rei e vai logo examinando as manchetes dos jornais; em havendo algo que possa desapontar o imperador ou a imperatriz, ele dá um jeito e providencia o imediato sumiço do folhetim, nem que para isso precise engoli-lo saboreando cada filigrana do impresso.

O bajulador em ascensão faz questão de estar presente nos encontros sociais, nas festinhas e procura sentar-se ao lado de autoridades ou de pessoas de

grande notoriedade. No auditório, fica circulando próximo ao palco e não perde a chance de aparecer atrás dos convidados na fotografia oficial – a chamada foto papagaio de pirata. A política é o campo mais fértil dos bajuladores, os quais odeiam ser tratados com bons modos; se o mandatário não tratá-lo aos gritos e passar-lhe um correctivo na frente de todos, sente-se muito mal e passa a suspeitar que seus gracejos e seus paparicos capciosos não estejam surtindo os efeitos esperados.

Apoiando-se na máxima Quem não puxa saco puxa carroça, eles vão tratando os seus bajulados com muita cortesia, afinco e subserviência. No campo político, primeiramente, cuidam de baptizar o filho pela segunda vez; desta feita, a proeza do baptizado terá como padrinhos os mandatários, sendo um do Executivo e outro do Legislativo, assim ficam mais que blindadas suas pretensões escusas para actuar no seio do poder sem levantar qualquer suspeita que possa vir a comprometer suas futuras investidas e seus gracejos aos membros da corte.

Crédito da imagem: Claudio Goggy

Dentre muitas coisas que denunciam um bajulador neófito, esta se destaca: é um par de sapatos. Observe bem: todo sapato de um bajulador tem os contornos externos do salto gastos para dentro. Isso se dá porque o servil, quando sentado, não balança as pernas – para artisticamente representar a serenidade; quando está em pé enaltecendo o ego do rei, procura pisar saracoteando com firmeza a cada passada para demonstrar a falsa auto afirmação sorrateira e ilegítima a que tanto seus bajulados precisam assistir na certeza de que dispõem de um autêntico puxa-saco confiável, embora aprendiz.

O bajulador não tem opinião própria; procura agradar a todos e dificilmente se indispõe com quem quer que seja. Regozija-se até com os falsos sorrisos dos políticos profissionais que amam o bajulismo. A glória de um bajulador medalhão é vegetar glamourosamente com tantos que se proponham a aceitar a sua deplorável companhia. Uma simples palmadinha nas costas e uma boa e falsa promessa já estão de boa monta. Para o bajulador, dominar magistralmente o processo da adulação é presentear-se com a fina flor do requinte sorrateiro e da fanfarrice redentora dos favores desmerecidos.

Crédito da imagem: Gefferson Costa

Já o bajulador – maria vai com as outras – é arrogante; tem no cérebro o vírus e as algemas da ignorância. Dá passos de obediente: só olha para baixo e faz tudo o que o seu bajulado mandar. Não se pode dizer que é um mau ou bom carácter por não dispor de nenhum. Cegamente, é capaz de ir ao sacrifício e dar a própria vida para salvar o bajulado prior para a sobrevivência de tão nobre espécie.

O relógio de um bajulador marca diversos fusos horários. Sempre acerta o ponteiro pelo relógio dos seus superiores e dos outros. Costuma perguntar ao bajulado: Que horas você quer que sejam? Você prefere que hoje faça sol ou chuva? Em segredo, num leva e traz, massageia egos infectados de bajulação e pede sigilo sobre as suas mais pervertidas investidas para fechar as "ilegítimas cestas de negócios espúrios" e não se esquece de deixar o lembrete: Abra o olho. Eu não lhe disse nada.

O bajulado é perdidamente apaixonado pela bajulação e morre de amores por uma adulação e, para tanto, envida notáveis esforços para manter mais viva que nunca a chama da bajulice. Bajuladores, farsantes, fofoqueiros, amigos do alheio e canalhas de todos os matizes não podem deixar de estar por perto, preferencialmente compartilhando o reino, assessorando-o e dando mais vida ao seu mundo de nocivas fantasias delirantes.

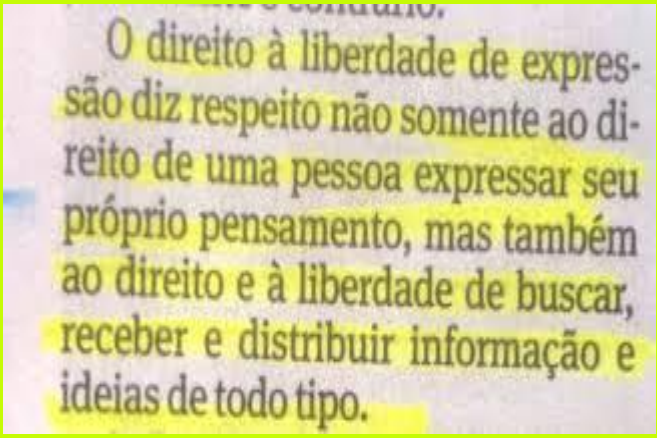
A mente do bajulado ou bajulada é vazia das boas coisas da vida. Os vírus da bajulice foram ainda contraídos na primeira fase da infância. Muitas vezes, são tão limitados que recorrem aos bajuladores que o cercam até para a escolha de uma vestimenta. Primam pelo disse me disse e guardam, a sete chaves, a majestosa mesmice. Retrógrados por excelência, são incapazes de se sensibilizarem com qualquer doença ou mesmo com acidentes que envolvam os seus principais bajuladores de plantão.

A solidariedade e a fraternidade constituem um binómio que não faz parte de seu dia a dia, ou melhor, que nunca fez. Impera no reino do bajulador a frieza requentada de sobras de um dia que passou hipoteticamente por sua infértil imaginação. Compraz e ama loucamente a sórdida ferrugem da indiferença, elegendo primeiramente os

seus objectivos, não importando de que maneira haverá de viabilizá-los. Uma vez servido, manda as favas à vítima que inocentemente lhe serviu de bom grado.
A cada conquista, o bajulado chama imediatamente o bajulador e os demais parasitas do bajulatório para se confraternizarem em uma rodada promíscua, com direito a se lambuzarem no pote de mel da relevante mediocridade, e ainda soltam foguetes e balões tripudiando e maculando a honra daqueles que por engano lhes serviram ou foram louros da reprovável e indigesta conquista.

Com o passar dos anos, entorpecidos pela astúcia e pela cegueira bestial, terminam seus dourados dias caindo na mesma teia na qual um dia tanto fizeram uso de pessoas inocentes bem como de si próprias. Assim, os últimos dias de fantasias repugnantes, voltados a massagear egos em delirantes bajulices, terminam por devorar tanto o bajulado quanto os bajuladores.

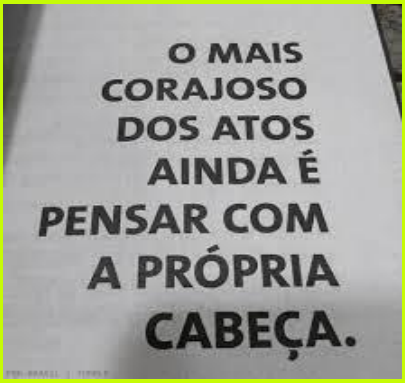
Autor: LISON COSTA.


O direito à liberdade de expressão diz respeito não somente ao direito de uma pessoa expressar seu próprio pensamento, mas também ao direito e à liberdade de buscar, receber e distribuir informação e ideias de todo tipo.

Ser homem é ter ideias firmes, regulando o seu comportamento por princípios morais.
A torre da tua personalidade não pode confundir-se com a planície da vulgaridade.
Tem de elevar-se para ser torre. Distinguir-se. Se te conformas em teres um comportamento autómato, indo na onda do «faz-se», massificas a tua conduta e passas a ser um de muitos e não alguém. Não faças isto ou aquilo porque todos o fazem. Pergunta-te antes: devo fazê-lo? Porquê? Aceita a verdade e ama a verdade. Procura antes ser que parecer.

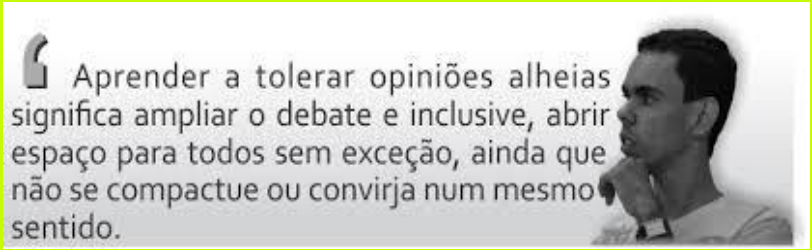
LIBERDADE PARA FULANO…

"Nos muros da cidade,
Nos prospectos volantes,
Por toda a parte eu li: «Liberdade para Fulano»
É que há prisões por toda a parte, Senhor e Tu não gostas disto, eu sei. Há prisões que não se escondem.
E há as prisões disfarçadas, as prisões provisórias, as prisões de emergência, por que não há lugar bastante nas prisões verdadeiras, para prender o mundo todo.



Há as prisões que tem grades, sólidas grades, que a gente vê e se podem cerrar. E as que têm grades invisíveis que a gente não pode pegar e sacudir de raiva, enquanto os outros nos dizem sorrindo: «mas você está livre, a porta está aberta, você pode sair» quando sabem muito bem que a gente não pode escapar. Há as prisões onde os carrascos torturam, como verdadeiras feras humanas.

E as prisões onde os carrascos andam mascarados de homens de bem, e ferem o outro lá no fundo sem que ninguém consiga, nunca, perceber as suas muitas mãos. Há as prisões que se chamam prisão, abertamente, bem francamente, sem cerimónias. E as prisões que recebem uma porção de nomes arranjados, para ficar melhor, para dar uma ilusão.
Prisões que se chamam barraca, cidade, fábrica, (…) bordel. Prisões chamado regime político, sistema económico, sociedade anónima, contrato, lei, regulamento. Prisões que recebem tantos outros nomes, em todos os países e em todos tempos. (Michael Quoist) sic.



AMEM A LIBERDADE, SEJAM FELIZES.

(Joaquim Carlos)

V Convenção Nacional de Dadores de Sangue

Aveiro, 24 de Outubro de 2015

Tema:

- O Futuro da Dádiva de Sangue e Incentivos

Outros temas:

- O Futuro da Dádiva de Sangue em Portugal, Realidades e Desafios
- Reposição da Isenção das Taxas Moderadoras nos Hospitais Públicos
- Estatuto do Dador de Sangue
- O Seguro do Dador de Sangue
- Comunicações Livres

www.adasca.pt **geral@adasca.pt | Tel. 964 470 432 - 234 095 331**

Organização: Apoio:

Cartaz provisório

ADASCA Aveiro

IPST Instituto Português do Sangue e da Transplantação, IP

Aceitem o desafio! **Compareçam e participem nesta V Convenção Nacional, todos os caminhos podem vir dar a Aveiro naquele dia. Inf: 964 470 432 ou geral@adasca.pt**